



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

**Copel Serviços S.A.**

CNPJ nº 19.126.003/0001-02

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)

[copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP  
81200-240

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL.....	4
1. A COMPANHIA.....	5
2. DESTAQUES DO ANO.....	5
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>10</b>
Balanços Patrimoniais.....	11
Demonstrações de Resultados.....	13
Demonstrações de Resultados Abrangentes.....	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	15
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>16</b>
1. Contexto Operacional.....	16
2. Base de Preparação.....	16
3. Políticas Contábeis Materiais.....	18
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
5. Títulos e Valores Mobiliários.....	21
6. Clientes.....	22
7. Outros Investimentos temporários.....	22
8. Imobilizado.....	23
9. Intangível.....	24
10. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.....	24
11. Partes Relacionadas.....	25
12. Fornecedores.....	25
13. Debêntures.....	25
14. Provisões e Passivos Contingentes.....	26
15. Patrimônio Líquido.....	26
16. Receita líquida.....	27
17. Despesas Operacionais.....	27
18. Resultado Financeiro.....	27
19. Imposto de renda e contribuição social.....	27
20. Instrumentos Financeiros.....	28
21. Seguros.....	31
22. Operações descontinuadas.....	31
<b>PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL</b> .....	<b>33</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> .....	<b>34</b>
<b>RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO</b> .....	<b>35</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE</b> .....	<b>42</b>



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025



## MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A e com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

Em 2023 foi constituído um Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I, de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em Startups, avançando assim no conceito de inovação aberta.

Em 2024 a Copel Serviços iniciou a operação de 3 projetos de geração solar fotovoltaica no Paraná, totalizando 15MWac. Em 2025 os projetos seguiram em plena operação, tendo sua energia alocada à consumidores de baixa tensão, na geração distribuída compartilhada. Alinhada à revisão do Planejamento Estratégico da Companhia, a Copel Serviços alienou, no mês de dezembro, a totalidade de sua participação nesses ativos.

Ainda em 2025, a Copel Serviços iniciou a oferta de seguros massificados, alcançando um CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) de 27% no período, ou seja, um crescimento médio anual de 27%, o que indica uma forte expansão contínua do negócio ao longo do tempo. Além disso, foi implantada a cobrança de valores de terceiros, sendo que, em ambos os casos, a arrecadação é realizada diretamente na conta de energia.

Dessa forma, a Companhia busca contribuir ativamente para o desenvolvimento do Grupo Copel, mantendo-se atenta às oportunidades de mercado e alinhada às diretrizes estratégicas corporativas.

Diogo Mac Cord de Faria

Diretor Geral



## 1. A COMPANHIA

A Copel Serviços S.A. (Companhia, Copel Serviços ou Copel SER) é uma companhia fechada, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

## 2. DESTAQUES DO ANO

### 1.1. Copel Serviços em Números

	2025	Reapresentado 2024	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	131.497	149.153	(11,8)
Caixa e equivalentes de caixa	106.241	42.389	150,6
Títulos e valores mobiliários	389	528	(26,3)
Dívida total	71.311	70.893	0,6
Dívida líquida	(35.319)	27.976	(226,2)
Receita bruta	1.498	-	n/d
Deduções da receita	(337)	-	n/d
Receita líquida	1.161	-	n/d
Custos e despesas operacionais	(1.784)	(4.036)	(55,8)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(623)	(4.036)	(84,6)
Ebitda ou Lajida (*)	(38)	(3.418)	(98,9)
Resultado financeiro	(5.361)	(2.453)	118,5
IRPJ/CSLL	(168)	(1.066)	(84,2)
Prejuízo operacional	(5.984)	(6.489)	(7,8)
Prejuízo do exercício	(6.152)	(7.555)	(18,6)
Patrimônio líquido	57.476	63.269	(9,2)
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	25,6	4,4	481,8
Liquidez geral (índice)	1,7	0,7	142,9
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	1,2	1,1	9,1
Margem operacional (resultado operacional/receita líquida) (%)	(520,0)	n/d	n/d
Margem líquida (Prejuízo/receita líquida) (%)	(530,0)	n/d	n/d
Participação de capital de terceiros (%)	56,3	57,6	(2,3)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Prejuízo/patrimônio líquido) (%)	(10,7)	(11,9)	(10,1)

(\*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

### 2.1. Geração Distribuída

A Copel Serviços conduziu a realização de estudos e o desenvolvimento de projetos greenfield de geração distribuída, implantando 3 empreendimentos no estado do Paraná, conforme dados abaixo.

Empreendimento	Potência instalada		Área da planta (ha)	Modalidade de compensação
	MWac	MWcc		
UFV Marialva - Sarandi	5,0	6,658	11,0	Geração compartilhada
UFV Santo Antônio da Platina	5,0	6,403	12,0	Geração compartilhada
UFV Segredo	5,0	6,697	11,0	Autoconsumo remoto ou geração compartilhada

Os projetos entraram em operação em junho de 2024, sendo sua energia alocada na modalidade de geração compartilhada, para consumidores conectados em baixa tensão. Em 2025 os projetos geraram uma receita operacional de R\$ 12,1 milhões ante a R\$ 6,5 milhões em 2024.

Alinhada ao Planejamento Estratégico da Copel, a Copel Serviços alienou sua participação nos ativos de geração distribuída em dezembro de 2025.



## 2.2. Copel Ventures

O Fundo Copel Ventures I – Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído em 2023, representa um veículo Corporate Venture Capital (CVC) da Copel Serviços S.A. Este fundo está alinhado à tese de inovação e crescimento da Companhia, com o objetivo de investir em empresas de tecnologia com alto potencial de crescimento, cujas soluções possuam aderência estratégica aos negócios e mercados da Copel, bem como potencial para aprimorar suas operações.

A participação da Copel Serviços S.A. no Fundo se dá na condição de cotista, em conformidade com as melhores práticas de Corporate Venture Capital (CVC).

Embora não desempenhe um papel central nas operações diárias da Copel, o fundo é relevante por proporcionar acesso a novas tecnologias e modelos de negócio que podem complementar e potencializar suas atividades principais.

Ao investir em startups, a Copel Serviços pode explorar novas oportunidades de mercado, fomentar a inovação aberta e criar parcerias que tem potencial para resultar em soluções sustentáveis e eficientes para o setor elétrico.

### Gestão do Fundo

A gestão do FIP Copel Ventures I foi concebida para assegurar independência, governança e profissionalismo, de acordo com a regulação desse tipo de instrumento financeiro estabelecida pela CVM. A administração do fundo é de responsabilidade da TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda., enquanto a gestão da carteira e a originação dos investimentos são conduzidas pela Vox Capital Gestão de Recursos Ltda., gestora especializada com vasta experiência no mercado. As decisões de investimento são supervisionadas por um Comitê de Investimentos independente, garantindo alinhamento com os objetivos estratégicos da Copel Serviços, sem que esta exerça controle direto sobre as companhias do portfólio.

### Processos de Decisão

O processo de investimento do Fundo segue um fluxo estruturado de originação, análise e seleção de oportunidades. Este fluxo compreende etapas de prospecção, avaliação de aderência à tese de investimento, análises aprofundadas, avaliação de sinergia com a Copel por meio da realização de Provas de Conceito (PoCs) e diligência (due diligence), culminando na deliberação pelas instâncias competentes de governança.

### Áreas de Foco e Estratégia de Investimento

A estratégia de investimento do Copel Ventures I concentra-se em empresas de tecnologia cujas soluções possuam aderência aos negócios e mercados da Copel já com algum nível de maturidade (investimentos Série A/ Série B). A estratégia do Fundo consiste na aquisição de participações minoritárias, modelo que permite impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico das investidas, sem assumir o controle operacional, mantendo o foco na valorização do portfólio do FIP como ativo financeiro.

### Investimentos, desempenho e acompanhamento

O FIP Copel Ventures I representa um ativo estratégico para a Copel Serviços S.A., contabilizado como um investimento em fundo de participação. Na qualidade de cotista, a companhia não exerce controle ou influência significativa sobre as empresas do portfólio do fundo, e sua responsabilidade está limitada ao capital comprometido. A gestão do portfólio e a avaliação dos ativos seguem as diretrizes do regulamento do fundo e as melhores práticas de mercado para capital de risco corporativo.

Em 31.12.2025, a posição consolidada do Fundo Copel Ventures I apresenta os seguintes dados:

**Capital Comprometido:** O Fundo possui um capital total comprometido de R\$ 150,0 milhões.

**Chamadas de Capital Realizadas:** Foram realizadas 9 (nove) chamadas de capital, destinadas à cobertura de custos operacionais do Fundo até dezembro de 2025 e à integralização dos investimentos já efetuados no portfólio.

**Capital Investido:** O montante de R\$ 19,7 milhões foi alocado diretamente no portfólio de empresas investidas.

**Capital Aprovado para Investimento (Previsto):** Há um capital de R\$ 15,5 milhões aprovado e previsto para uma quarta investida, que se encontra em fase final de negociação, além da 2ª tranche de aporte em uma das investidas do portfólio atual (31/12/2025).



**Posição de Caixa e Disponibilidade:** O Fundo detém uma posição de capital disponível de aproximadamente R\$ 62,8 milhões para novos investimentos (primeiras rodadas) e uma reserva de R\$ 30 milhões especificamente destinada a rodadas subsequentes (follow-on) nas empresas do portfólio atual.

#### Notas explicativas – menção institucional

A Copel Serviços S.A. é a cotista majoritária do FIP Copel Ventures I, detendo 99% de suas cotas. Este investimento constitui um instrumento estratégico para a inovação aberta, permitindo à Companhia acesso a tecnologias emergentes e novos modelos de negócio, em alinhamento com seu planejamento de longo prazo, sem a assunção dos riscos operacionais diretos das empresas investidas.

#### Títulos e Valores Mobiliários

O montante registrado nesta rubrica refere-se à posição da Copel Serviços S.A. no FIP Copel Ventures I. Em 31.12.2025, os recursos do Fundo encontram-se alocados em uma carteira de ativos de inovação composta por 3 empresas investidas, além das disponibilidades mantidas em caixa e equivalentes. A mensuração do ativo reflete a posição consolidada das cotas detidas pela Companhia, considerando a avaliação a valor justo do portfólio gerido.

#### Outros Investimentos temporários

A Copel Serviços S.A. mantém sua posição como cotista majoritária do FIP Copel Ventures I, com participação de 99%. A alocação de capital do Fundo segue uma estratégia de diversificação em startups alinhadas à tese de investimento da Companhia. A evolução da carteira e o status dos recursos alocados pelo Fundo, demonstrando a maturidade do ciclo de investimentos, são apresentados nos quadros a seguir:

Entrada no funil	683 empresas
Análise inicial	254 empresas
Análise aprofundada	20 empresas
Conclusão de Provas de Conceito (PoC)	2
<i>Due diligence</i>	5 empresas
Investidas	3 empresas
Capital Investido	19,7 milhões
Capital Aprovado previsto	15,5 milhões
Capital reservado para Follow-on	30 milhões
Capital Disponível para Novos Investimentos	62,8 milhões

#### Status de alocação do fundo

Capital previsto	150,0 milhões
Capital disponível	Estima-se um capital disponível de R\$62,8 milhões para primeiras rodadas e R\$ 30 milhões para follows-on

**Primeiro Investimento:** Focado em soluções de eletromobilidade, destacando-se pela inovação em sistemas de recarga para veículos elétricos. Este investimento reflete o compromisso do fundo com a promoção da eletromobilidade como uma alternativa sustentável, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis e a diminuição da emissão de poluentes.

Startup	MOVE Soluções em Eletromobilidade
Aporte	R\$ 3,5 milhões em janeiro/2024
Descrição	A MOVE desenvolveu um software para gestão de pontos de recarga para veículos elétricos. A solução oferece eficiência operacional e facilita a gestão de infraestruturas de recarga, contribuindo para a expansão da mobilidade elétrica nas cidades.
Sinergias com a Copel	Segmento estratégico para a Copel. A MOVE já tem pilotos de projetos em parceria para gerir redes de pontos de recarga da Companhia, que deverão ser expandidos. Também serão construídos novos modelos de negócios em conjunto (ex. oferta de serviços de recarga turn-key para frotas públicas e privadas).

**Segundo investimento:** A Nextron desenvolveu uma plataforma *marketplace* de geração distribuída compartilhada, comercializando através de consórcios/cooperativas os créditos de energia gerada em usinas de Geração Distribuída para consumidores finais.



Startup	NEXTRON Energia
Aporte	R\$ 11,2 milhões em março/2024
Descrição	A Nextron conta com um pipeline de oferta de energia. Seu grande desafio é criar canais de venda e conversões escaláveis com CACs equilibrados a serem contratados apenas após a construção de canais mais eficientes.
Sinergias com a Copel	GD é uma área estratégica para o desenvolvimento de novos negócios na Copel, que ainda está em estágios iniciais na implementação de usina próprias e desenvolvendo um piloto para a criação de canais de aquisição de clientes. Adicionalmente, projetos em parceria podem ser desenvolvidos para a criação de novos produtos (ex. plataforma de comercialização de créditos de energia excedentes) ou mesmo para eventual comercialização de energia de usinas de GD no futuro.

**Terceiro investimento:** A Fu2re é uma empresa de tecnologia especializada em soluções de inteligência artificial e visão computacional aplicadas à gestão e monitoramento de ativos no setor elétrico, incluindo aplicações relacionadas a inventário e identificação de vulnerabilidades na rede.

Startup	Fu2re Soluções Inteligentes em Tecnologia da Informação Limitada
Aporte	R\$ 5 milhões em julho/2025
Descrição	A Fu2re é uma empresa de tecnologia especializada em soluções de inteligência artificial e visão computacional aplicadas à gestão e monitoramento de ativos no setor elétrico, incluindo aplicações relacionadas a inventário e identificação de vulnerabilidades na rede
Sinergias com a Copel	Gestão de ativos de distribuição

### 2.3. Seguros

A Copel Serviços iniciou as vendas de seguros em abril de 2025, com volume inicial de 120 vendas no mês, encerrando dezembro de 2025 com 785 vendas mensais, o que representa crescimento consistente no período, com CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) aproximado de 27% ao mês. Também no ano de 2025 foi iniciado o serviço de cobrança de valores de terceiros, em uma parceria com a Legião da Boa Vontade (LBV). Ambos os serviços têm os valores arrecadados por meio de fatura de energia e geraram o resultado bruto de R\$ 1,5 milhões em 2025.



## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Membro	DIOGO MAC CORD DE FARIA
Membro	MÁRCIA CRISTINE RIBEIRETE BAENA

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membro	PEDRO FRANCO SALES
Membro Externo e Especialista Financeiro	CARLOS BIEDERMANN

### CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Conselheiro	SÉRGIO HENRIQUE DA FONSECA
Conselheiro	FILIPPE BORDALO DI LUCCIO
Conselheiro suplente	JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Conselheiro suplente	PAULO ROBERTO FRANCESCHI
Conselheiro suplente	VERÔNICA GOMES VAIRO

### DIRETORIA

Diretor Geral	DIOGO MAC CORD DE FARIA
Diretor de Finanças	FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor Jurídico e de Compliance	YURI MÜLLER LEDRA

### CONTADORA

CRC-PR-048620/O-2	PRISCILLA BETINELI
-------------------	--------------------



**COPEL**  
Serviços

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2025**

## Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.241	42.389
Títulos e valores mobiliários	5	389	528
Clientes	6	1.088	3.795
Outros créditos		1	74
Imposto de renda e contribuição social		1.382	2.035
Outros tributos a recuperar		29	-
Despesas antecipadas		-	67
		<b>109.130</b>	<b>48.888</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Outros investimentos temporários	7	19.753	14.709
Depósitos judiciais		72	72
Outros tributos a recuperar		-	302
		<b>19.825</b>	<b>15.083</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>774</b>	<b>80.590</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>1.768</b>	<b>901</b>
<b>Direito de uso de ativos</b>	10	<b>-</b>	<b>3.691</b>
		<b>22.367</b>	<b>100.265</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>131.497</b>	<b>149.153</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	11	107	160
Fornecedores	12	1.402	9.345
Imposto de renda e contribuição social		-	433
Outras obrigações fiscais		538	-
Debêntures	13	1.554	1.192
Passivo de arrendamentos	10	-	21
Outras contas a pagar		663	-
		<b>4.264</b>	<b>11.151</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	802
Debêntures	13	69.757	69.701
Passivo de arrendamentos	10	-	3.861
Outras contas a pagar		-	369
		<b>69.757</b>	<b>74.733</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	15.1	78.785	78.785
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	323	148
Prejuízos acumulados		(21.632)	(15.664)
		<b>57.476</b>	<b>63.269</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>131.497</b>	<b>149.153</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	16	<b>1.161</b>	<b>-</b>
<b>Custos Operacionais</b>	17	<b>(309)</b>	<b>(31)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>852</b>	<b>(31)</b>
Despesas gerais e administrativas		(4.470)	(4.164)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.995	159
		<b>(1.475)</b>	<b>(4.005)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(623)</b>	<b>(4.036)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		5.534	3.258
Despesas financeiras		(10.895)	(5.711)
		<b>(5.361)</b>	<b>(2.453)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(5.984)</b>	<b>(6.489)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	19		
Imposto de renda e contribuição social		(970)	(264)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		802	(802)
		<b>(168)</b>	<b>(1.066)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>(6.152)</b>	<b>(7.555)</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas		184	3.203
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.968)</b>	<b>(4.352)</b>
<b>PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais</b>	15.3		
Ações ordinárias		(0,07575)	(0,06426)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.968)</b>	<b>(4.352)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>			
Ajuste de ativos financeiros	15.2	175	148
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.793)</b>	<b>(4.204)</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>16.685</b>	<b>48.950</b>	-	<b>(11.312)</b>	<b>54.323</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.352)	(4.352)
Outros resultados abrangentes						
Ajustes de ativos financeiros	15.2	-	-	148	-	148
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		-	-	<b>148</b>	<b>(4.352)</b>	<b>(4.204)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.150	-	-	13.150
Aumento de capital		62.100	(62.100)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>78.785</b>	-	<b>148</b>	<b>(15.664)</b>	<b>63.269</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.968)	(5.968)
Outros resultados abrangentes						
Ajustes de ativos financeiros	15.2	-	-	175	-	175
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		-	-	<b>175</b>	<b>(5.968)</b>	<b>(5.793)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>78.785</b>	-	<b>323</b>	<b>(21.632)</b>	<b>57.476</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício proveniente de operações em continuidade		(6.152)	(7.555)
<b>Ajustes para a reconciliação do Prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais</b>			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		10.978	7.008
Imposto de renda e contribuição social	19	970	264
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(802)	802
Depreciação e amortização	17	585	618
		<b>5.579</b>	<b>1.137</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		2.406	-
Depósitos judiciais		-	525
Outros créditos		(251)	3.046
Estoques		-	16
Imposto de renda e contribuição social		653	(98)
Outros tributos a recuperar		273	263
Despesas antecipadas		67	-
		<b>3.148</b>	<b>3.752</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Partes relacionadas		(53)	106
Fornecedores		(8.239)	(1.220)
Outras obrigações fiscais		538	(797)
Outras contas a pagar		294	-
		<b>(7.460)</b>	<b>(1.911)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>1.267</b>	<b>2.978</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.403)	-
Encargos de debêntures pagos	13.2	(10.477)	(4.373)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
		<b>(10.613)</b>	<b>(1.395)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
		6.025	693
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>(4.588)</b>	<b>(702)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aportes em investimentos	7	(4.950)	(14.561)
Aplicações financeiras	5	139	4.142
Aquisições de intangível	9	(1.118)	(261)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
		<b>(5.929)</b>	<b>(10.680)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
		74.387	(32.263)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
		<b>68.458</b>	<b>(42.943)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Ingressos de debêntures emitidas	13.2	-	70.000
Custos de transação na emissão de debêntures	13.2	-	(389)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.150
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
		-	<b>82.761</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
		(18)	(17)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
		<b>(18)</b>	<b>82.744</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>63.852</b>	<b>39.099</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	42.389	3.290
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	106.241	42.389
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>63.852</b>	<b>39.099</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025  
em milhares de reais

### 1. Contexto Operacional

A Copel Serviços S.A. ("Companhia" ou "Copel Serviços" ou "Copel SER"), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A. Em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A. e o novo objeto social da Companhia.

É a principal cotista do Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I (FIP Copel Ventures ou FIP), que foi constituído de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta previsto no planejamento estratégico da Copel.

Em 2024 o FIP Copel Ventures efetuou dois investimentos em *startups*: na **Move**, que atua no mercado de gestão inteligente para sistemas de recarga de veículos elétricos e na **Nextron**, que atua em uma plataforma *marketplace* de geração distribuída compartilhada, comercializando através de consórcios/cooperativas os créditos de energia gerada em usinas de Geração Distribuída para consumidores finais. Em 2025, foi investido na *startup* **Fu2re**, especializada em soluções de inteligência artificial (IA) e visão computacional para a gestão de ativos no setor elétrico.

Durante os anos de 2024 e 2025, atuou no segmento de geração distribuída com a operação de três Usinas Fotovoltaicas (UFVs). Em 14.08.2025, o Conselho de Administração da Copel Serviços iniciou o processo de desinvestimento das usinas, concluído em 12.12.2025, conforme descrito na NE nº 22.

Em abril de 2025, a Copel Serviços iniciou a oferta de seguros, além da implantação da cobrança de valores de terceiros, ambos com arrecadação realizada diretamente por meio de fatura de energia.

A Companhia segue focada na ampliação e consolidação dessas frentes, expansão na cobrança de valores de terceiros, expansão de seguros, bem como na expansão da atuação da Copel Serviços para novos segmentos de negócio, mantendo-se atenta às oportunidades de mercado e alinhada às diretrizes estratégicas corporativas.

### 2. Base de Preparação

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão desta demonstração financeira foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26.02.2026.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

## 2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nºs 3.1.3 e 7 - Outros investimentos temporários: valor justo dos investimentos;
- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4.1 e 6.1 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados.
- NEs nºs 3.8 e 10 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos;

## 2.5. Continuidade operacional

Conforme apresentado na NE nº 1, em 2025 a Copel Serviços iniciou a oferta de alguns serviços que já trouxeram resultados para a Companhia. Em fevereiro de 2026 foi aprovado o novo plano de negócios da Copel SER, focado na ampliação e consolidação dos serviços já iniciados bem como na expansão da atuação da Copel Serviços para novos segmentos de negócios, mantendo-se atenta às oportunidades de mercado e alinhada às diretrizes estratégicas corporativas.

Dados os estudos e avaliações da Administração sobre a possibilidade de atuação nestes outros segmentos de negócios, a Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

## 2.6. Reapresentação de saldos comparativos

Em virtude da apresentação dos saldos de operação descontinuada decorrentes do processo de desinvestimento das usinas solares fotovoltaicas - UFVs, descrito na NE nº 22, os saldos das Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme quadros a seguir:

31.12.2024	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Receita operacional líquida	6.333	(6.333)	—
Custos operacionais	(2.681)	2.650	(31)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>3.652</b>	<b>(3.683)</b>	<b>(31)</b>
Despesas com vendas	(147)	147	—
Despesas gerais e administrativas	(4.460)	296	(4.164)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	159	—	159
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(796)</b>	<b>(3.240)</b>	<b>(4.036)</b>
Resultado Financeiro	(1.621)	(832)	(2.453)
<b>Lucro operacional</b>	<b>(2.417)</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(6.489)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.935)	869	(1.066)
<b>Lucro líquido do período - operações continuadas</b>	<b>(4.352)</b>	<b>(3.203)</b>	<b>(7.555)</b>
Resultado de operações descontinuadas	—	3.203	3.203
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(4.352)</b>	<b>—</b>	<b>(4.352)</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(702)</b>	<b>—</b>	<b>(702)</b>
Lucro líquido do período	(4.352)	(3.203)	(7.555)
Ajustes ao lucro	11.074	(2.382)	8.692
Variações de ativos e passivos	(1.799)	3.640	1.841
Impostos e encargos pagos	(5.625)	1.252	(4.373)
Operações descontinuadas	—	693	693
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(42.943)</b>	<b>—</b>	<b>(42.943)</b>
Aquisições de ativo de contrato, imobilizado e intangível	(32.524)	32.263	(261)
Outras atividades	(10.419)	—	(10.419)
Operações descontinuadas	—	(32.263)	(32.263)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>82.744</b>	<b>—</b>	<b>82.744</b>
Ingressos/(amortizações) de empréstimos e debêntures	70.000	—	70.000
Amortizações de passivos de arrendamentos	(17)	17	—
Outras atividades	12.761	—	12.761
Operações descontinuadas	—	(17)	(17)
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>39.099</b>	<b>—</b>	<b>39.099</b>

### 3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Em 31.12.2025 a Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.



### 3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### 3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.1.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Compreendem principalmente investimentos em instrumentos patrimoniais mantidos para fins estratégicos de médio a longo prazo, designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que o reconhecimento de flutuações de curto prazo no valor justo desses investimentos no resultado não estaria em linha com a estratégia da Companhia de manutenção e observação de seu potencial de desempenho no longo prazo.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

São inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais, sendo transferidos para lucros acumulados.

### 3.1.4. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2. Imobilizado**

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis e são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.



Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

### **3.3. Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos

### **3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### 3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

#### 3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado periodicamente e em caso de reversão de perdas estimadas em exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### **3.5. Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

### **3.6. Reconhecimento da Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida.

### 3.8. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

### 3.9. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

### 3.10. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	432	32
Aplicações financeiras de liquidez imediata	105.809	42.357
	<b>106.241</b>	<b>42.389</b>

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 99,7%% e 100,5%% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

Compreende aplicações em Cotas de Fundos de Investimento, com saldo de R\$ 389 (R\$ 528 em 31.12.2024), por parte do FIP Copel Ventures I. Conforme NE nº 1, a Copel Serviços é a principal cotista do fundo. Os recursos aportados no FIP para cobertura dos custos operacionais ou que ainda não foram investidos em *startups*, permanecem aplicados em fundo de investimento em renda fixa, indexado pela Selic. Este último, por sua vez, mantém recursos aplicados em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.



## 6. Clientes

	Saldos vencidos	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
Clientes	1.088	1.088	3.942
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(147)
	<b>1.088</b>	<b>1.088</b>	<b>3.795</b>

## 7. Outros Investimentos temporários

A Copel Serviços é a principal cotista do FIP Copel Ventures I, com participação de 99%. O FIP, por sua vez, tem investimentos nas *startups*, conforme demonstrado a seguir.

<b>Em 1º.01.2024</b>	-
Aporte Move Soluções em Eletromobilidade Ltda (a)	3.466
Aporte Nextron Holdings Limited (b)	11.095
Ajuste ao valor justo	148
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>14.709</b>
Aporte Fu2re Soluções Inteligentes em Tecnologia da Informação Limitada (c)	4.950
Ajuste ao valor justo	94
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>19.753</b>

### (a) Move Soluções em Eletromobilidade Ltda

A Move é uma startup localizada em Florianópolis (SC) que se especializa em desenvolver soluções tecnológicas inovadoras para a recarga de veículos elétricos. A missão da Move é promover uma mobilidade elétrica mais eficaz e inteligente, por meio da criação de tecnologias que facilitam o processo de recarga, tanto para usuários finais quanto para gestores de redes de eletropostos. Com um portfólio robusto que inclui uma plataforma web para gestão de redes de recarga e um aplicativo móvel para operação remota da recarga, a empresa busca ser líder no setor de eletromobilidade no Brasil. O objetivo da Move é estar na vanguarda do mercado, contribuindo para a sustentabilidade e facilitando a transição para uma mobilidade mais limpa.

Em dezembro de 2023 o FIP efetuou Contrato de Mútuo Conversível em Participação Societária, no valor de R\$ 3.500, sendo que o repasse efetivo foi efetuado em janeiro de 2024. O valor do mútuo é corrigido pelo IPCA positivo acumulado no período. Na data de vencimento do mútuo, que ocorrerá no prazo de 24 meses a contar da data de assinatura do contrato, o valor será convertido em ações ou será acrescido da correção monetária acumulada e deverá ser quitado em até mais 36 meses. Em caso de conversão em ações, a participação societária do FIP na Move será de aproximadamente 12,28%.

Não ocorreram eventos de liquidez ou fatos relevantes posteriores ao investimento efetuado na companhia. Neste cenário, as boas práticas de precificação de valor justo para empresas em estágio inicial priorizam a precificação da empresa pelo valor do mútuo corrigido, dado que o valor da dívida corrigida é maior do que o valor da participação convertida no preço de custo e a dívida é sênior à participação societária em preferência de liquidez. Neste formato de precificação, o valor é corrigido diariamente na carteira do fundo, de modo que o valor justo do investimento, em 31.12.2025, corresponde ao principal do mútuo corrigido pelos juros acordados em contrato.

### (b) Nextron Holdings Limited

A Nextron, empresa que opera em São Paulo, é uma plataforma digital de distribuição de energia renovável para consumidores do varejo. É uma *startup* inovadora no setor de energia renovável, focada em facilitar o acesso à energia limpa para consumidores residenciais e comerciais. Opera um *marketplace* que conecta usinas de energia renovável a consumidores. Isso permite que os consumidores acessem energia limpa sem a necessidade de instalar painéis solares em suas propriedades. Assim, oferece um serviço de assinatura que pode reduzir a conta de luz em até 20%. Os consumidores pagam uma taxa mensal para receber energia renovável diretamente das usinas, sem custos adicionais de instalação.

Em novembro de 2023, conforme *Series A Preference Shares Purchase Agreement*, foi conduzida uma rodada de captação de investimentos, sendo realizado um aporte pelo FIP no montante de US\$ 2.200 convertidos em R\$ 11.207 em troca de 10,5% de participação societária da Nextron. Os recursos foram aportados efetivamente pelo Fundo em março de 2024.



Em agosto de 2024, a saída de um sócio fundador da posição de executivo na empresa acarretou acionamento de cláusula de *vesting* reverso, acarretando aposentadoria de parte de suas ações, reduzindo o número de ações circulantes e resultando em aumento de participação de todos os investidores. Portanto, a participação acionária do FIP na Nextron passou a ser de 11,76%.

Para fins de precificação de valor justo, foi realizada nova modelagem financeira da companhia a partir dos resultados de 2024 e projeções atualizadas, observando-se toda a estrutura de direitos e preferências de liquidez da estrutura societária da empresa. O contrato de investimento inclui uma cláusula de preferência de liquidez como mecanismo de proteção aos acionistas da série A. Deste modo, em 31.12.2025 o valor justo da posição do fundo considerando seu direito de preferência de liquidez corresponde ao valor investido.

### **(c) Fu2re Soluções Inteligentes em Tecnologia da Informação Limitada**

A Fu2re, localizada no Rio de Janeiro, é uma empresa de tecnologia especializada em soluções de inteligência artificial e visão computacional aplicadas à gestão e monitoramento de ativos no setor elétrico, incluindo aplicações relacionadas a inventário e identificação de vulnerabilidades na rede.

Em maio de 2025, o FIP celebrou Instrumento Particular de Mútuo Conversível em Participação Societária com a Fu2re, estruturando o investimento em tranches.

O valor total do mútuo é de até R\$ 12.500, com previsão de desembolso em duas tranches: (i) 1ª tranche (investimento inicial) no montante de R\$ 7.500, sendo R\$ 5.000 aportados pelo FIP e R\$ 2.500 por coinvestidor; e (ii) 2ª tranche (investimento adicional) de até R\$ 5.000, sendo até R\$ 2.500 pelo FIP e até R\$ 2.500 pelo coinvestidor, condicionada ao cumprimento de metas e condições previstas contratualmente. O repasse efetivo do valor referente ao FIP, relativo à 1ª tranche, ocorreu em julho de 2025.

O mútuo é remunerado à taxa de 6% ao ano, com capitalização diária, e atualização anual pelo IPCA positivo acumulado. O vencimento ocorre em 36 meses contados da data de fechamento da 2ª tranche. O instrumento prevê a possibilidade de conversão do mútuo em participação societária na Fu2re, conforme condições e eventos estabelecidos contratualmente.

Não ocorreram eventos de liquidez ou fatos relevantes posteriores ao investimento efetuado na companhia. Neste cenário, da mesma forma que tratamos no investimento detalhado na letra a, acima, o valor justo do investimento, em 31.12.2025, corresponde ao principal do mútuo corrigido pelos juros acordados em contrato.

## **8. Imobilizado**

### **8.1. Imobilizado por classe de ativos**

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	5.730	(5.322)	408	77.340	(7.858)	69.482
Edificações	147	(18)	129	11.069	(226)	10.843
Veículos	52	(52)	-	52	(52)	-
Móveis e utensílios	915	(678)	237	916	(651)	265
	<b>6.844</b>	<b>(6.070)</b>	<b>774</b>	<b>89.377</b>	<b>(8.787)</b>	<b>80.590</b>

### **8.2. Mutação do imobilizado**

	<b>Saldo em 1º.01.2025</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas (NE nº 22)</b>	<b>Saldo em 31.12.2025</b>
<b>Em serviço</b>				
Máquinas e equipamentos	69.481	(2.561)	(66.512)	408
Edificações	10.844	(339)	(10.376)	129
Móveis e utensílios	265	(28)	-	237
	<b>80.590</b>	<b>(2.928)</b>	<b>(76.888)</b>	<b>774</b>



	Saldo em 1º.01.2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	1.040	353	(2.118)		70.206	69.481
Edificações	138	-	(217)		10.923	10.844
Móveis e utensílios	296	-	(29)	(2)	-	265
	<b>1.474</b>	<b>353</b>	<b>(2.364)</b>	<b>(2)</b>	<b>81.129</b>	<b>80.590</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	42.407	38.722	-	-	(81.129)	-
	<b>42.407</b>	<b>38.722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(81.129)</b>	<b>-</b>
	<b>43.881</b>	<b>39.075</b>	<b>(2.364)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>80.590</b>

Não houve capitalização de custos de empréstimos, financiamentos e debêntures em 2025 (R\$ 1.373, à taxa média de 1,97% a.a em 2024).

A Administração não identificou indicativos de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos imobilizados.

## 9. Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>815</b>	<b>96</b>	<b>911</b>
Aquisições	-	261	261
Transferências	50	(50)	-
Quotas de amortização	(271)		(271)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>594</b>	<b>307</b>	<b>901</b>
Aquisições	-	1.118	1.118
Quotas de amortização	(251)	-	(251)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>343</b>	<b>1.425</b>	<b>1.768</b>

## 10. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

A Companhia arrendava terrenos onde estão instalados os painéis fotovoltaicos utilizados na Geração Distribuída que foi descontinuada em 2025 (NE nº 22).

### 10.1. Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2024	Adições	Amortização	Baixas (a)	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	3.693	150	(152)	3.691	205	(145)	(3.751)	—

(a) Baixa proveniente da venda das UFVs (NE nº 22)

### 10.2. Passivo de arrendamentos

#### 10.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>3.749</b>
Adições	150
Encargos	552
Pagamento - principal	(17)
Pagamento - encargos	(552)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>3.882</b>
Adições	205
Encargos	478
Pagamento - principal	(18)
Pagamento - encargos	(478)
Baixas (NE nº 22)	(4.069)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>-</b>

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxa de desconto aplicada foi de 15,55% a.a.



## 11. Partes Relacionadas

Os saldos se referem a valores de compartilhamento de despesas de pessoal celebrado entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas. A Companhia não registrou despesas com seus Administradores.

## 12. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e Serviços	1.402	9.345
	<b>1.402</b>	<b>9.345</b>

## 13. Debêntures

Emissão	Garantia	31.12.2025	31.12.2024
1ª	Fidejussória	71.610	71.247
	<b>Dívida bruta</b>	<b>71.610</b>	<b>71.247</b>
	<b>(-) Custo de transação</b>	<b>(299)</b>	<b>(354)</b>
	<b>Dívida líquida</b>	<b>71.311</b>	<b>70.893</b>
	<b>Circulante</b>	<b>1.554</b>	<b>1.192</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>69.757</b>	<b>69.701</b>

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 16,28% a.a. (13,50% a.a. em 31.12.2024), o que equivale a 109,25% do CDI (111,08 do CDI em 2024).

Em 05.05.2024, a Copel Serviços efetuou a 1ª emissão de debêntures simples em série única, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 70.000, com a Copel como interveniente garantidora, destinada para reforço de caixa, com vencimento em 05.05.2031 e remuneração de CDI + 1,2%.

### 13.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	-	(56)	(56)
2028	8.750	(56)	8.694
2029	8.750	(56)	8.694
2030	8.750	(56)	8.694
2031	43.750	(19)	43.731
	<b>70.000</b>	<b>(243)</b>	<b>69.757</b>

### 13.2. Mutação das debêntures

<b>Em 1º.01.2024</b>	-
Ingressos	70.000
(-) Custos de transação	(389)
Encargos e variação monetária	5.655
Pagamento – encargos	(4.373)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>70.893</b>
Encargos e variação monetária	10.895
Pagamento – encargos	(10.477)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>71.311</b>



### 13.3. Cláusulas contratuais restritivas – covenants

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2025 todos os indicadores financeiros medidos anualmente, assim como todas as condições acordadas, foram integralmente atendidos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes no contrato de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais (a)	Limite
1ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5

(a) indicadores calculados com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

### 14. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2025, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025, a Copel Serviços tem R\$ 27 referente à ações classificadas com risco de perda possível iniciadas em 2025.

### 15. Patrimônio Líquido

#### 15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, de R\$ 78.785 (R\$ 78.785, em 31.12.2024) é composto por 78.784.872 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

#### 15.2. Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2024</b>	—
Ajuste a valor justo dos investimentos efetuados em startups pelo FIP Copel Ventures I.	148
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>148</b>
Ajuste a valor justo dos investimentos efetuados em startups pelo FIP Copel Ventures I.	175
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>323</b>

#### 15.3. Prejuízo básico por ação

	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2025	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Reapresentado 31.12.2024
<b>Numerador</b>						
Prejuízo atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	(6.152)	184	(5.968)	(7.555)	3.203	(4.352)
<b>Denominado</b>						
Média ponderada das ações (em unidades)						
Ações ordinárias	78.784.872	78.784.872	78.784.872	67.725.968	67.725.968	67.725.968
<b>Prejuízo por ação atribuído à acionista controladora</b>						
Ações ordinárias	(0,07809)	0,00234	(0,07575)	(0,11155)	0,04729	(0,06426)

## 16. Receita líquida

Durante o ano de 2025 a Copel Serviços iniciou a venda de seguros e também a cobrança de valores de terceiros em uma parceria com a Legião da Boa Vontade (LBV). Ambos os serviços têm os valores arrecadados por meio de fatura de energia e geraram o resultado bruto de R\$ 1.498 em 2025 (R\$ 1.161 líquido das deduções). A receita de 2024, referente à operação de geração distribuída, foi descontinuada conforme descrito na NE nº 22.

## 17. Despesas Operacionais

	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
Pessoal e administradores (a)	408	264
Planos previdenciário e assistencial (a)	76	45
Material	11	16
Serviços de terceiros (b)	3.538	3.283
Depreciação e amortização	585	618
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas (c)	(2.834)	(190)
	<b>1.784</b>	<b>4.036</b>

a) Refere-se às despesas de compartilhamento de pessoas, contrato efetuado com a Controladora Copel.

b) Refere-se principalmente à serviços de gestão, administração, consultorias e outros do FIP Copel Ventures I.

c) Refere-se principalmente ao ganho realizado em encerramento de contrato de engenharia.

## 18. Resultado Financeiro

	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	5.619	2.784
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(277)	-
Outras receitas financeiras	192	474
	<b>5.534</b>	<b>3.258</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária e encargos da dívida	10.895	5.706
Outras despesas financeiras	-	5
	<b>10.895</b>	<b>5.711</b>
<b>Líquido</b>	<b>(5.361)</b>	<b>(2.453)</b>

## 19. Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	Reapresentado 31.12.2024
<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(5.984)</b>	<b>(6.489)</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>2.035</b>	<b>2.206</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Despesas indedutíveis	(1.264)	-
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(866)	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	(3.272)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(970)</b>	<b>(264)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>802</b>	<b>(802)</b>
Alíquota efetiva - %	-2,8%	-16,4%

Em 31.12.2025, a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 6.905 (R\$ 6.056 em 31.12.2024) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

### 19.1. Reforma tributária do consumo



Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.

Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

## 20. Instrumentos Financeiros

### 20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	106.241	106.241	42.389	42.389
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	389	389	528	528
			<b>106.630</b>	<b>106.630</b>	<b>42.917</b>	<b>42.917</b>
<b>Custo Amortizado</b>						
Clientes (a)	6		1.088	1.088	3.795	3.795
			<b>1.088</b>	<b>1.088</b>	<b>3.795</b>	<b>3.795</b>
<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>						
Outros investimentos temporários (c)	7	3	19.753	19.753	14.709	14.709
			<b>19.753</b>	<b>19.753</b>	<b>14.709</b>	<b>14.709</b>
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>			<b>127.471</b>	<b>127.471</b>	<b>61.421</b>	<b>61.421</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Passivos Financeiros - Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	12		1.402	1.402	9.345	9.345
Debêntures (d)	13		71.610	71.901	71.247	70.028
			<b>73.012</b>	<b>73.303</b>	<b>80.592</b>	<b>79.373</b>
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>			<b>73.012</b>	<b>73.303</b>	<b>80.592</b>	<b>79.373</b>

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

### Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.



- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Calculado conforme métricas de precificação a valor justo do FIP Copel Ventures I, utilizando dados não observáveis em função do estágio inicial das startups investidas. (NEs nº3.1.3 e 7).
- d) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

## 20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 20.2.1. Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	106.241	42.389
Títulos e valores mobiliários (a)	389	528
Clientes (b)	1.088	3.795
Outros investimentos temporários (c)	19.753	14.709

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.

(a) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e desligando o cliente inadimplente de modo que não receba mais créditos de energia.

(b) Riscos inerentes ao investimento em startups, monitorados pela administração por meio de avaliação de riscos tecnológicos e de mercado, gestão de expectativas de crescimento e consolidação de parcerias estratégicas que maximizem o potencial de inovação e retorno sobre o investimento.

### 20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	975	427	-	-	1.402
Debêntures	NE nº 13	-	11.027	53.220	46.069	110.316

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.



Conforme divulgado na NE nº 13.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

### 20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

#### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação do indicador CDI/Selic – 12,25%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	389	437	425	413
Debêntures	Alta CDI	(71.610)	(8.772)	(10.965)	(13.158)

### 20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	71.311	70.893
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(106.241)	(42.389)
(-) Títulos e valores mobiliários	(389)	(528)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(35.319)</b>	<b>27.976</b>
Patrimônio Líquido	57.476	63.269
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>(0,61)</b>	<b>0,44</b>

## 21. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O (Director and Officers) foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

## 22. Operações descontinuadas

Em 14.08.2025, o Conselho de Administração da Copel Serviços aprovou o início da fase vinculante para o potencial desinvestimento das usinas solares fotovoltaicas - UFVs registradas na Companhia.

Em 31.10.2025 foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA) pelas vendedoras Copel, Copel Serviços e Sistechne Participações Societárias Ltda. e pela compradora Usina Solar Thopen 89 SPE Ltda. O contrato contemplou a venda conjunta das UFVs da Copel Serviços em conjunto com a participação societária da Copel na controlada em conjunto Solar Paraná GD Participações S.A.

Em 12.12.2025, após o cumprimento das condições precedentes para esta operação, foi concluído o desinvestimento com a transferência das UFVs da Copel SER para a adquirente. Nesta mesma data a Copel SER recebeu o montante de R\$ 74.488 e o registrou o resultado negativo da operação de R\$ 9.427 no resultado de operações descontinuadas.

As receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa decorrente do desinvestimento realizado em 2025, divulgados como operação descontinuada, estão detalhados nos quadros a seguir.

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	10.968	6.334
Custos Operacionais	(4.863)	(2.649)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>6.105</b>	<b>3.685</b>
Despesas com vendas	(299)	(147)
Despesas gerais e administrativas	73	(296)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.220	-
	<b>3.994</b>	<b>(443)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>10.099</b>	<b>3.242</b>
Resultado Financeiro	(488)	830
<b>Lucro operacional</b>	<b>9.611</b>	<b>4.072</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	(869)
<b>Lucro líquido</b>	<b>9.611</b>	<b>3.203</b>
Resultado na operação de venda	(9.427)	-
<b>Lucro líquido da operação descontinuada</b>	<b>184</b>	<b>3.203</b>
Outros resultados abrangentes da operação descontinuada	-	-
<b>Resultado abrangente da operação descontinuada</b>	<b>184</b>	<b>3.203</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido	184	3.203
Ajustes ao lucro	12.959	2.383
Variações de ativos e passivos	(6.640)	(3.641)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(700)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	(478)	(552)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>6.025</b>	<b>693</b>
Aportes em investimentos	(101)	-
Recebimento pela alienação	74.488	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>74.387</b>	<b>(32.263)</b>
Amortização de passivo de arrendamentos	(18)	(17)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(18)</b>	<b>(17)</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>80.394</b>	<b>(31.587)</b>



Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

Diogo Mac Cord de Faria  
Diretor Geral

Felipe Gutterres Ramella  
Diretor de Finanças

Yuri Müller Ledra  
Diretor Jurídico e de Compliance

Priscilla Betineli  
Contador - CRC PR-048620/O-2



## PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, no que se refere à elaboração e à submissão do orçamento de capital à deliberação da Assembleia Geral, apresenta-se, a seguir, a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, a ser apreciada na Assembleia Geral a realizar-se em abril de 2026.

<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ Mil</b>
Copel Serviços S.A.	56
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>

<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>R\$ Mil</b>
Geração Própria	56
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Serviços S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2025, e as correspondentes notas explicativas, os Esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária sobre o saldo de prejuízos acumulados em 2025 bem como Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2025, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, os Esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária sobre o saldo de prejuízos acumulados em 2025 e o Orçamento de Capital para o exercício de 2026, deliberados pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2026, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

**DEMETRIUS NICHELE MACEI**  
Presidente

**SÉRGIO HENRIQUE DA FONSECA**

**FILIPPE BORDALO DI LUCCIO**

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, 09 (nove) vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, o qual observa a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2025, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2025 abordou 16 temas principais, somando 85 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).



Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se elas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) reuniões realizadas, suas atividades, resultados, conclusões e recomendações feitas ao Conselho de Administração, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, registrando as não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras (“Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário”).

## 2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Na alteração Estatutária de 22.08.2025, aprovada pela 212ª AGE, trouxe ajustes decorrentes da migração da Companhia ao Novo Mercado da B3, concluída em dezembro do mesmo ano. Dentre os principais ajustes atinentes ao Comitê de Auditoria Estatutário, a composição do órgão foi fixada em 03 (três) membros, o número de as reuniões ordinárias foi definido como 09 (nove) anuais, com a possibilidade de extraordinárias, e foram inseridas as atribuições estabelecidas ao Comitê.

Em 2025, o Comitê teve a seguinte composição: (i) eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo); (ii) eleita para o mandato 2025/2027: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Coordenador), Pedro Franco Sales (como membro) e Carlos Biedermann (como membro externo e especialista financeiro). Todos os membros do CAE são independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission* - SEC e pela *New York Stock Exchange* - NYSE.



Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário, em sua 226ª Reunião, realizada em 06.11.2020, o CAE designou como Assessor do Comitê o profissional Adilson Dvulathca (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

### 3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2025

#### 3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

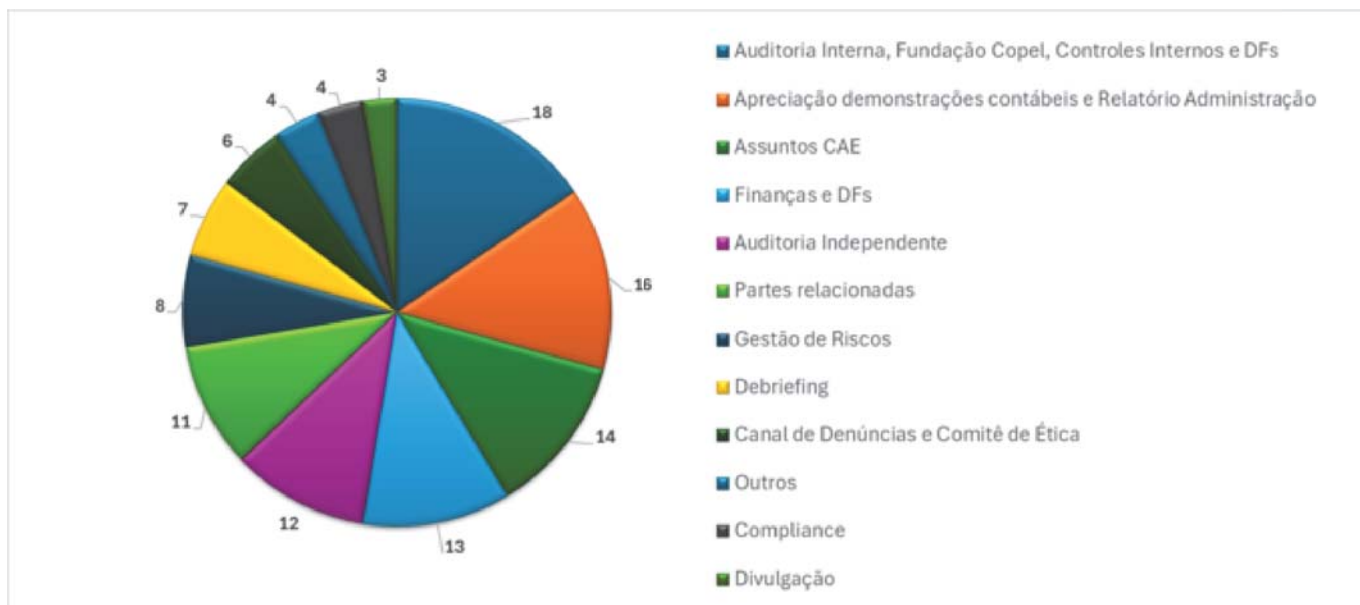
As pautas das reuniões realizadas em 2025 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 115 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

#### PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2025 pode ser observado no gráfico abaixo:



#### 3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2025, foram contempladas, em reuniões do CAE, 12 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2025; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2025.



O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

### **3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

No decorrer de 2025, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2025; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2024 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2026, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

### **3.4. AUDITORIA INTERNA**

No decorrer de 2025, foram tratadas 10 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN 2024; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2025; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx.

Na 322ª Reunião, de 09.12.2025, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito do convênio assistencial e atualização dos trabalhos da Fundação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

### 3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 316ª Reunião, de 17.06.2025, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à *Sarbanes-Oxley*.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

### 3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2025, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

### 3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 8 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa periodicamente, em pauta específica, riscos estratégicos da Companhia. Como exemplo, em 2025 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Comercialização de Energia, Contencioso e Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas).

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

### 3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de 2025, foram tratadas 11 pautas sobre transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. O Comitê tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a Administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Gestão de Riscos.”

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

### 3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *briefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além da Agenda Temática para 2026.

## 4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reportou suas atividades em 2025 mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

### 4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Vice-Presidências e Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre de as Superintendências, por meio de suas Vice-Presidências ou Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

## 5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Diretoria de Governança, Risco e Compliance**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a proposta de atualização da Política de Integridade e emitiram recomendações, inclusive quanto ao recebimento de brindes, presentes e hospitalidades.

Adicionalmente, por ocasião do reporte do Comitê de Ética e acompanhamento do Canal de Denúncias, o CAE recomendou à administração acompanhamento do tema administração predial e gestão de frotas, entre outras, com análise de fragilidades e os riscos relacionados.

Por ocasião da apresentação do portfólio de riscos do 2º trimestre de 2025, o CAE opinou sobre a classificação de riscos específicos. Já na ocasião em que o portfólio do 4º trimestre foi apresentado, o CAE solicitou unificação de riscos específicos e sua reclassificação. Solicitou, adicionalmente, reporte sobre a interface de gestão de riscos e o planejamento estratégico da Companhia.

Ao longo do exercício, por meio dos reportes periódicos, o CAE acompanhou e discutiu os riscos estratégicos para Companhia. Entre os mais de 40 riscos analisados, destacam-se temas relevantes como Barragens, Cibersegurança, Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas), Contencioso e Comercialização de Energia.

- **Auditoria Interna**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna, a metodologia utilizada para elaboração e os trabalhos propostos. Recomendaram análise quanto a suficiência do investimento destinado à capacitação da equipe de Auditoria Interna para o exercício de 2026.

No âmbito do processo de avaliação da Auditoria Interna, os membros do CAE fizeram recomendações quanto a forma de operacionalização do processo, bem como na escala de avaliação apresentada.

- **Riscos Temáticos – Resíduo PCB**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a o risco relacionado à Resíduos PCB - (Bifenilas Policloradas). Após apresentação da Copel Distribuição S.A. acerca das iniciativas realizadas pela Companhia, o CAE reforçou a necessidade de manutenção das ações, com vistas à completa eliminação do resíduo, bem como recomendou a continuidade dos reportes ao Comitê ao longo do exercício de 2026 sobre o tema.



## **Cibersegurança**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário, por ocasião do monitoramento da exposição da Companhia aos riscos relacionados à cibersegurança, analisaram os planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos.

Como destaque, o CAE avaliou e fez recomendações para a proposta de alteração da Política de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética, em sua reunião realizada em outubro.

O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

- **SOx – Controles Internos**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário discutiram com a auditoria externa, Price waterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PWC, durante suas interações, os procedimentos de Auditoria Externa, na qual foram abordados, entre outros, o Status da frente de trabalho SOx/ICFR, oportunidade em que o CAE apresentou suas considerações.

O CAE monitora a metodologia adotada para a análise dos controles internos, bem como, a administração da Companhia em relação à sua responsabilidade pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

- **Reforma Tributária**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário receberam informações da administração da Companhia sobre a implantação da Reforma Tributária do Consumo no âmbito das empresas do Grupo Copel. Foram detalhadas as ações de curto e médio prazos, estratégias e impactos.

O CAE fez considerações e recomendou que o assunto retorne periodicamente ao Comitê, inclusive no exercício de 2026.

## **6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

### **MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**

Coordenador

### **PEDRO FRANCO SALES**

Membro

### **CARLOS BIEDERMANN**

Membro Externo e especialista financeiro



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Copel Serviços S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

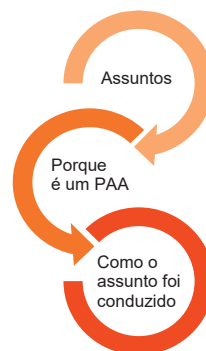
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Copel Serviços S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Operações descontinuadas (Nota 22)</b></p> <p>Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 14 de agosto de 2025, a Companhia aprovou o desinvestimento das usinas solares fotovoltaicas, cuja alienação foi concluída em 12 de dezembro de 2025. As receitas, custos e despesas na demonstração do resultado, bem como a movimentação dos fluxos de caixa decorrente dessa operação, foram apresentadas como operação descontinuada, nos termos da norma contábil CPC 31(IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.</p> <p>A transação foi considerada como um principal assunto em nossa auditoria, pois trata-se de alienação de parte substancial das operações da Companhia, com impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão com a administração sobre o referido desinvestimento com o objetivo de entender a transação efetuada e seus correspondentes impactos na Companhia.</li> <li>• Inspeção dos principais documentos e atos societários que suportaram a transação.</li> <li>• Análise dos impactos da transação nas demonstrações financeiras de 2025, incluindo as cifras comparativas apresentadas.</li> <li>• Inspeção dos comprovantes de liquidação financeira da transação.</li> <li>• Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</li> </ul> <p>Consideramos que os critérios adotados pela administração da Companhia para a apresentação do resultado da operação fotovoltaica como operação descontinuada, bem como as divulgações em notas explicativas, estão consistentes com a documentação e evidências obtidas.</p>

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Copel Serviços S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



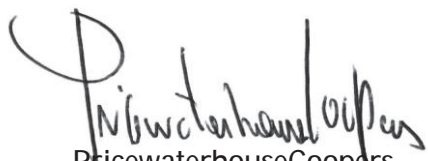
Copel Serviços S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by  
**Guilherme Valle**  
Signed By: Guilherme Naves Valle 5418915834  
CPF: 5418915834  
Signing Time: 25 de fevereiro de 2026 11:47 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1  
C: BR  
Issuer: AC SempliceID Multipla  
**Guilherme Naves Valle**  
Contador CRC 1MG070614/O-5



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

